

---

## PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS, MINAS GERAIS (1969-1975)

---

SCIENTIFIC ORGANIZATION PRACTICES AT THE SCHOOL OF AGRICULTURE OF LAVRAS, MINAS GERAIS (1969-1975)

---

PRÁCTICAS DE ORGANIZACIÓN CIENTÍFICA EN LA ESCUELA DE AGRICULTURA DE LAVRAS, MINAS GERAIS (1969-1975)

---

*Kleber Tüxen Carneiro<sup>1</sup>, Bruno Adriano Rodrigues da Silva<sup>2</sup>*

### RESUMO

Trata-se de um artigo cujo teor descreve analiticamente as práticas de organização científicas da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) entre os anos de 1969 e 1975, observando as implicações do contexto de implantação da Lei 5.540/1968, a qual fomenta a reforma do ensino superior brasileiro. Metodologicamente, a pesquisa de natureza historiográfica emprega: i) entrevistas (com base em questionários semiestruturado) com dois professores da ESAL partícipes da organização à época; ii) coteja livros de atas relativos ao período histórico do Conselho Departamental e do Conselho Editorial, órgãos de administração educacional da instituição examinada; iii) imagens (fotografias) que traduzam e retratem a Instituição e o seu *modus operandi*. Em linhas gerais, conclui-se que a ESAL alinhou suas práticas de organização aos ditames da política educacional em curso, ao passo de empreender e difundir uma revista científica e atender um modelo de pós-graduação sob o escopo da formação docente e das demandas relativas à produção científica; sendo essa, portanto, uma narrativa possível para compreender a história da Instituição e da circularidade científica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Educacional. Ensino Superior. Ciências Agrárias.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação escolar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Araraquara/SP - Brasil. Docente - Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras, MG - Brasil. **E-mail:** [kleber2910@gmail.com](mailto:kleber2910@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação. Desenvolveu Estágio de Pós-Doutoramento - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Docente - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. **E-mail:** [b.adriano\\_rs@yahoo.com.br](mailto:b.adriano_rs@yahoo.com.br)

**Submetido em:** 28/10/2020 - **Aceito em:** 16/02/2021

**ABSTRACT**

It is an article whose content analytically describes the scientific organization practices of the School of Agriculture of Lavras (ESAL) between the years 1969 and 1975, observing the implications of the context of implementation of Law 5.540 / 1968, which fosters the reform of Brazilian higher education. Methodologically, research of a historiographic nature employs: i) interviews (based on semi-structured questionnaires) with two ESAL professors who were part of the organization at the time; ii) collects books of minutes related to the historical period of the Departmental Council and the Editorial Council, educational administration bodies of the examined institution; iii) images (photographs) that translate and portray the Institution and its modus operandi. In general, it is concluded that ESAL aligned its organizational practices to the dictates of the current educational policy, while undertaking and disseminating a scientific journal and attending a postgraduate model under the scope of teacher training and the relative demands to scientific production, which is, therefore, a possible narrative to understand the history of the Institution and scientific circularity.

**KEYWORDS:** Educational Policy. University education. Agrarian Sciences.

**RESUMEN**

Se trata de un artículo cuyo contenido describe analíticamente las prácticas de organización científica de la Escuela de Agricultura de Lavras (ESAL) entre los años 1969 y 1975, observando las implicaciones del contexto de implementación de la Ley 5.540/1968, que fomenta la reforma de la enseñanza superior brasileña. Metodológicamente, la investigación de carácter historiográfico emplea: i) entrevistas (basadas en cuestionarios semiestructurados) a dos profesores de la ESAL que formaban parte de la organización en ese momento; ii) escudriña libros de actas relacionados al período histórico del Consejo Departamental y del Consejo Editorial, órganos de administración educativa de la institución examinada; iii) imágenes (fotografías) que traducen y retratan la institución y su modus operandi. De modo general, se concluyó que la ESAL alineó sus prácticas organizativas a los dictámenes de la política educativa vigente, al tiempo que realizó y difundió una revista científica y cumplió un modelo de Posgrado en el ámbito de la formación docente y las demandas relativas a la producción científica, por lo tanto, siendo una posible narrativa para comprender la historia de la institución y la circularidad científica.

**PALABRAS CLAVE:** Política Educativa. Enseñanza superior. Ciencias Agrarias.

\*\*\*

**1 INTRODUÇÃO**

O instante de promulgação da reforma do ensino superior brasileiro – Lei 5.540/1968 – pode ser analisado sob o modelo teórico que associa a dominação burguesa com o desenvolvimento do capitalismo (dependente) brasileiro. Em razão de que essa reforma resulta das transformações administrativas no Estado que correspondem tanto à Economia quanto à Educação e à dinâmica da política nacional (FERNANDES, 1975; CUNHA, 1979).

Economicamente o que estava em evidência dizia respeito à industrialização e ao modo pelo qual o Estado desenvolveria esse processo nos centros urbanos e no campo, operando como “agência de concentração de capital na nova fase de desenvolvimento da economia brasileira, garantindo, facilitando e subsidiando a manutenção e elevação da taxa de lucro” nas operações financeiras do capitalismo internacional (empresas públicas e privadas) no Brasil (CUNHA, 1979, p. 238).

No plano educacional, o atendimento às demandas das “camadas médias” por escolarização em nível superior (após o aumento da taxa de matrícula no ensino secundário), com a finalidade de mobilidade social que a industrialização colocava em pauta (oportunidades de emprego com diferentes exigências de qualificação na cadeia produtiva), implicava – necessariamente – o financiamento público (do Estado). Supostamente, essa ação do Estado poderia interferir em outros níveis da educação, mas também resvalar na sua função econômica especializada (CUNHA, 1979, p. 240).

Contudo, no que concerne à política educacional nacional, a reforma universitária surgiu “tardiamente”, na condição de um “movimento de estudantes e professores” por melhores condições administrativas e pedagógicas no ensino superior brasileiro, em muito sustentado por um modelo arcaico que congregava escolas superiores em universidades sem maiores conexões. Trata-se de uma ação cujo teor revela o acirramento das lutas sociais durante o período civil-militar; em razão disso, despertou no governo a necessidade de contê-lo e colocar a reforma ao seu dispor, aprofundando o autoritarismo e o conservadorismo no uso racional e disciplinar dos seus recursos educacionais com o intuito de aprofundar o capitalismo no país (FERNANDES, 1975, p. 205).

O momento era de recrudescimento da democracia. A legislação que reformava o ensino superior brasileiro – Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 – havia sido aprovada menos de um mês antes do Ato Institucional nº. 5, assinado pelo Gal. Artur Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, que eliminava os direitos políticos individuais e estabelecia o bipartidarismo (ROMANELLI, 1978).

A reforma supracitada tinha como base um relatório do grupo de trabalho formado pelo Ministério da Educação que apresentava medidas a serem tomadas pelo Estado, a fim de solucionar os problemas da universidade; em especial, o fato de o número de estudantes aprovados sobrepujar o número de vagas disponíveis. Que medidas foram essas? Ao que tudo indica, ela alvitrava por expandir o ensino superior privado (número de vagas) organizado a partir de estabelecimentos educacionais isolados, voltados para ensino profissionalizante e desconectado da produção de pesquisas em nível de pós-graduação, com efeito, “oxigenar” de um ponto de vista administrativo e financeiro parte das universidades federais, instituições estaduais e confessionais (CUNHA, 1979; MARTINS, 2009).

Ao abrigo de tal ditame, dentre outras diretrizes e outros procedimentos para as universidades, faculdades e escolas administradas pelo Estado, pode-se citar: a recomendação para articulação entre o ensino e a pesquisa com o regime de tempo integral; o fim da cátedra vitalícia; o regime departamental; a institucionalização da carreira acadêmica; o ingresso e a progressão de docentes mediante titulação; a matrícula por disciplinas (o regime de créditos); a instituição de cursos básicos alvitando aproveitar as vagas disponíveis nas instituições; a realização dos vestibulares por região. Somam-se àquelas, o incentivo à Pós-Graduação brasileira, por efeito do fortalecimento financeiro das agências de fomento à pesquisa e a educação científica que deveria ser iniciada ainda na graduação (CUNHA, 1979; MARTINS, 2009).

À vista disso, de que modo essas mudanças e injunções afetariam a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL)<sup>3</sup>, notadamente no que diz respeito às suas práticas de organização científica<sup>4</sup>? Trata-se de uma conjuntura que engendrou a produção de uma iniciativa científica retratada no presente artigo objetivando descrever e cotejar os modos de operação – entre os anos de 1969 e 1975 –, na tentativa de compreender a referida instituição educacional, assim como a dinâmica de uma área de conhecimento (Ciências Agrárias) da qual compôs (e segue compondo) o tecido epistemológico.

Em relação aos procedimentos metodológicos empregados para a produção das fontes<sup>5</sup>: i) entrevistas (com base em questionários semiestruturados) com dois professores da ESAL partícipes da organização à época; ii) cotejamento dos livros de atas relativos ao período histórico do Conselho Departamental e do Conselho Editorial, órgãos de administração educacional da instituição examinada; iii) imagens (fotografias<sup>6</sup>) que traduzam e retratem a instituição e o seu *modus operandi*.

O estudo de instituições educacionais – a exemplo da ESAL – justifica-se, porque confere a possibilidade de compreender tessituras históricas de campos científicos específicos – no caso em questão às Ciências Agrárias –, de igual modo entender os liames relativos às práticas de organização científicas com a política (pública) educacional, por

<sup>3</sup> Localizada na região sul de Minas Gerais, inicialmente foi denominada de Instituto Evangélico de Lavras, fundado em 1893, como parte da missão presbiteriana de origem norte-americana no Brasil. Algumas transformações, próprias do contexto em questão, cooperam para fundação em 1906, da Escola de Agricultura de Lavras, que, ao longo de seu desenvolvimento recebeu o status de Escola Superior em 1938. Em 1963 ocorre sua federalização, sob a regulamentação do Decreto-lei - 4.307 de dezembro de 1963. E a partir de 1994 passou a figurar na condição de Universidade Federal de Lavras (Lei 8. 956 de 15 de dezembro de 1994).

<sup>4</sup> Trata-se de uma acepção alinhada à de Burke (1992), para quem as práticas organizativas estruturadas da vida cotidiana interagem com os grandes acontecimentos.

<sup>5</sup> Emprega-se o conceito de “testemunhos históricos” em sentido amplo, em consonância a Bloch (2002, p.79), ao considerar que “tudo que o homem diz e escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

<sup>6</sup> Refere-se a um entendimento alinhado epistemologicamente ao de Le Goff (2003), ao anotar que a fotografia funciona como um dispositivo de memória no sentido de identificação.

seguimento prospectar uma narrativa possível a respeito da história institucional, com efeito, lança rebento ao tempo presente (BARROS, 2004; SAVIANI, 2008; NOSELLA, BUFA, 2008; SANTOS, VECHIA, 2019).

## 2 QUANTO ÀS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DA ESAL

Em 13 de novembro de 1969, o Conselho Departamental da ESAL – mediante o decreto lei de 13 de fevereiro de 1969, assinado pelo então Presidente da República Artur da Costa e Silva (1967-1969) e pelo Ministro da Agricultura Ivo Arzua Pereira – aprova a criação de um Departamento de Pesquisa que substituiria a Subestação Experimental de Lavras/MG. Esse órgão do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Centro-Oeste integrava o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura (Cf. Livro De Actas, ESAL, Conselho Departamental, 1969, p. 32). A representação imagética que segue traduz, em alguma medida, o contexto da instituição à época.



Figura 1. Fotografia panorâmica das edificações (ao fundo) que deram origem à ESAL.  
Fonte: Acervo do Museu Bi Moreira da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, s/d.

Em seguida, um “anteprojeto” de regimento interno para o Departamento de Pesquisa foi aprovado no domínio do Conselho Departamental da ESAL, designando o professor Eurípedes Pacheco a primeiro presidente (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1969 p. 33-34).

Tratava-se de um “anteprojeto” que fomentava a gestão do Conselho Editorial para criação de uma revista científica, fato que não se concretizara de imediato, mas tão somente no ano ulterior, via portaria emitida em 21 de dezembro de 1970, pela Direção da ESAL sob a gestão do professor Alysson Paulinelli (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1970, p. 57).

sse marco regulatório da existência do conselho – contudo – não denota necessariamente sua concretude. Isso equivale a dizer que o órgão em questão, embora

tenha sido instituído, não desempenhara suas atribuições, haja vista que não houve a designação de nenhum professor da instituição. Até que – meses depois, em 14 de setembro de 1971 – fora empossado um Conselho Editorial da ESAL, obedecendo à seguinte conformação:

Publicações: professor Vicente de Paula Vitor discorreu sobre a situação em que se encontra o setor de publicações da ESAL, dizendo que, nesta data, entrega a responsabilidade ao conselho, mas Sr. Diretor disse que a administração faria o possível para financiar o primeiro número de nossa revista. Comissão Editorial: aprovada com os seguintes elementos: Francisco G. F. T. C. Bahia, Roberto M. Cardoso, Maurício de Souza, Wilson Ferreira Gomes e Vicente Paula Vitor (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, p. 71).

A primeira reunião do segundo Conselho Editorial da ESAL ocorreu em 08 de outubro de 1971, contando com a presença de todos os integrantes, inscrevendo os professores Maurício de Souza, e Francisco G. F. T. C. Bahia, na condição de presidente e secretário – respectivamente –, conforme indicação e aprovação institucional (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Editorial, 1971, p. 01).

O professor Mauricio de Souza descreveu o acontecimento da seguinte maneira:

Ele [o conselho editorial da revista] foi uma indicação da congregação [faz menção ao Conselho Departamental], o órgão máximo da ESAL, naquela ocasião, que era formado por todos os professores, não eram [apenas] alguns não, eram todos os professores [refere-se à participação no órgão]. Existia um momento histórico no nosso país em que o governo dos militares criou as diretrizes básicas para educação e nessa legislação eram especificados os salários do magistério referentes aos cargos de professor: auxiliar, assistente, adjunto e professor titular. O valor referente ao professor titular era bem maior que os outros, assim como o do professor adjunto também o era [tendo como parâmetro os demais níveis]. Isso aí resultou numa procura pelo artigo científico, porque o artigo científico pontuava na seleção de professores, no concurso público para professor adjunto e para professor titular (...). Foi aí que nós tivemos o apoio da direção da ESAL, naquela ocasião, por intermédio dos recursos, que eram poucos, mas eram recursos necessários para o funcionamento do conselho editorial (Souza, 2018, p. 05).

Essa “corrida” pela produção científica foi acolhida e institucionalizada na ESAL. Especificamente em relação ao Conselho Editorial, alguns procedimentos foram aprovados: a definição do teto de uma hora para as reuniões; a apresentação de um protótipo de revista científica, cujo nome deveria ser indicado pelos departamentos que compunham a instituição e escolhido pelo conselho; a distribuição de uma compilação de normas para publicação e estruturação de artigos científicos; visitas aos órgãos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro que administrassem e editassem revistas científicas; a solicitação de financiamento junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) para a edição da revista da ESAL; a contratação de um fotógrafo e de uma secretária (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1971, p. 01-02).

Após as referidas deliberações, foi realizada uma reunião do Conselho Editorial – com a presença dos membros do Conselho Departamental da ESAL – a fim de decidir sobre a edição da revista, tendo em vista atender às pesquisas realizadas na ESAL em 1971, consoante à sugestão do então diretor daquela instituição Fábio Pereira Cartaxo. As seguintes propostas e deliberações foram instituídas:

Roberto [Maciel] Cardoso, fez ligeira exposição da viagem à Universidade Federal de Viçosa e Escola de Veterinária da UFMG, mostrando as publicações lá editadas e defendendo a proposição de uma publicação em forma de série especializada, para a ESAL. Vicente [de Paula Vitor] fez exposição semelhante, relativa à viagem a Campinas, Piracicaba e São Paulo onde visitou o Instituto Agrônomo, ESALQ [Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz] e Instituto Biológico, respectivamente. A seguir, Wilson [Ferreira Gomes] apresentou argumentos em favor da edição de uma publicação tipo “série” e Vicente [de Paula Vitor] apresentou argumentos em favor de uma revista de circulação periódica. Em seguida, retiraram-se os membros do conselho editorial, deixando a cargo dos membros do conselho departamental a escolha do tipo de publicação. Após deliberação, estes decidiram pela publicação periódica, reunindo todos os trabalhos da ESAL. A revista será anual, podendo ser editados um ou mais números por ano, dependendo do volume de trabalhos a ser relatado (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1971, p. 02-03).

Ainda sobre as deliberações referentes ao Conselho Editorial, decidiu-se a tiragem do primeiro número da revista científica, a saber, “[...] quatrocentos exemplares e cinquenta exemplares de cada artigo que serão remetidos ao autor”, (...) as normas para a apresentação de trabalho da ESAL” e a elaboração do manual “Leia antes de escrever um artigo científico” de autoria do professor Vicente de Paula Vitor (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1971, p. 03-04).

Em outra reunião do conselho, realizada em 29 de maio de 1972, foi deliberado o nome que seria conferido à revista científica da ESAL, qual seja: “(...) “AGROS” foi escolhido como aquele que melhor representava os objetivos da publicação em foco” (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1971, p. 04-05). Na sequência, pode-se conhecer o diagrama que compunha a abertura do periódico.

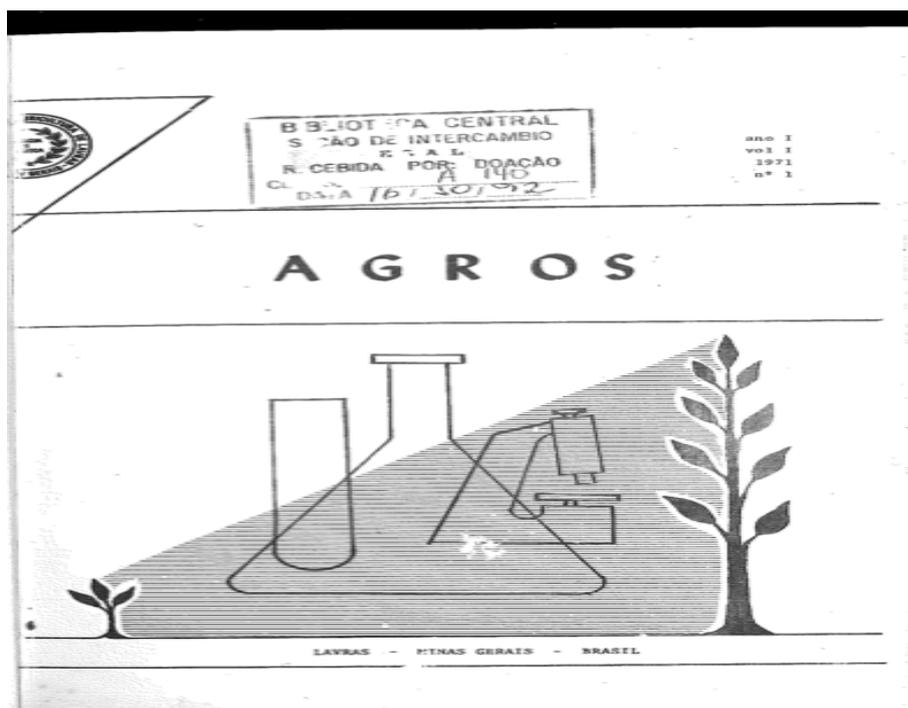


Figura 2. Capa da primeira edição da revista AGROS.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 1971.

No que se refere ao delineamento do desígnio da revista, o professor Maurício de Souza anotou que: “(...) ‘AGROS’ era uma palavra que englobava tanto a agropecuária quanto o hortifrutigranjeiro, as grandes e pequenas culturas. Quer dizer, envolvia tudo isso, todo conhecimento relativo a isso” (Souza, 2018, p. 06).

Outro fato exposto pelo mesmo depoente merece ser trazido à baila:

Ela [a revista] teve um problema [inicialmente], porque lá no interior do Rio Grande do Sul, em Pelotas, havia uma faculdade que tinha uma revista com o nome de Agros, só que a revista não estava em operação, então consultei a ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas], na direção de saber se a nossa revista poderia ter esse nome. A resposta foi sim e nós continuamos com a “AGROS” (Souza, 2018, p. 04).

A revista gaúcha – de fato – havia sido criada na centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel – em Pelotas-RS – no ano de 1947 e foi editada até 1967. Contudo, o que granjeia relevância ao acontecimento é mais a circularidade do procedimento (leia-se criar uma revista) já naquele contexto e menos a repetição do nome da revista científica.

Ao que tudo indica, tratava-se de uma tendência para esse campo científico que crescia exponencialmente, indo ao encontro dos interesses de expansão da mecanização e da produção agrícola interna no Brasil, via capitalismo internacional de origem norte-americana, predominantemente (MENDONÇA, 2010).

Após a definição do formato do periódico (anual), de sua tiragem, e do nome da revista AGROS, houve o delineamento de seu escopo científico. Com efeito, um conjunto de procedimentos começou a ser adotado a fim de que os artigos científicos que chegassem para publicação pudessem ser avaliados. A esse respeito, anota o depoente Maurício de Souza (2018, p. 06):

Nós tínhamos o regulamento para edição dos artigos científicos e um prazo para o envio, após receber, estudávamos e passávamos para uma comissão julgadora. A comissão era composta por dois professores, e eles possuíam um prazo para devolvê-los. Nós recebíamos de volta e se fosse necessário devolvíamos para o autor, a fim de que pudessem fazer as correções, com vistas a melhorar o trabalho.

No Livro de Atas do Conselho Editorial, encontramos mais evidências no que concerne à dinâmica empregada.

Na oportunidade, foram levantados alguns problemas encontrados nos artigos dos professores Arnaldo Junqueira Neto e José Ferreira [da Silveira]. Foi aceita a indicação para que o presidente, em nome do Conselho Editorial, sugerisse ao professor Arnaldo Junqueira Neto a modificação do seu artigo para nota prévia, enquanto o artigo do professor José Ferreira, deveria ser submetido à apreciação da equipe de solos da ESAL (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1971, p. 05).

De um modo geral, os trabalhos científicos sucediam da própria ESAL, já que havia uma demanda para circulação de pesquisas internamente; contudo, logo em seu primeiro número, vínculos com outras instituições educacionais foram firmados. Esse foi o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV), primeira instituição do país a desenvolver um curso de pós-graduação nas Ciências Agrárias: Oleicultura, em 1961; em seguida – 1964 – foi renomeado para Fitotecnia (GOUVEA, 2017).

Vejamos como depoente Maurício de Souza (2018) descreve, quando perguntado sobre a proveniência dos manuscritos de natureza científica.

Eles vinham de outras instituições também. Nós, por exemplo, conseguimos um trabalho do professor Flávio Couto<sup>7</sup>, ele era um dos professores mais importantes de Viçosa [faz referência a Universidade Federal de Viçosa]. Ele trabalhava com feijão. Então nós conseguimos que ele enviasse um de seus trabalhos para começarmos com certo “nome” [menciona à importância de uma referência nas Ciências Agrárias] para nossa revista (Souza, 2018, p. 06).

Finalmente, em uma reunião do Conselho Departamental realizada em 29 de maio de 1972, o primeiro número da revista fora apresentado, tal qual consta na fonte perscrutada.

Dando início à reunião o professor Vicente [de Paula Vitor] apresentou o primeiro número da revista “AGROS” (...). A discussão de falhas existentes no primeiro número foi deixada para outra oportunidade uma vez que o assunto principal da reunião era a esquematização da solenidade de lançamento da revista. Para tal foi escolhido o dia 31 de maio de 1972, às 16:00 horas no salão de reunião (...) (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1972, p. 07).

Assim sucedeu tal e qual o previsto, a solenidade que marcaria o início da circulação uma revista científica na ESAL, conforme expõem o excerto da ata da reunião de agora em diante.

Ata da 13ª reunião do Conselho Editorial da ESAL, realizada aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e dois, às 16:00 horas, em sessão solene na sala de reuniões da Congregação, sob a presidência do professor Maurício de Souza e com a presença dos professores Wilson Ferreira Gomes, Vicente de Paula Vitor, Roberto Maciel Cardoso e Francisco G. F. T. C. Bahia, membros do Conselho Editorial (...). Iniciando a reunião, o presidente fez a composição da mesa da qual tomaram parte, além do conselho editorial e funcionários da secretaria e impressão, o Diretor e vice-Diretor da ESAL e chefes dos departamentos (...). O professor Wilson Ferreira Gomes fez um retrospecto das fases pelas quais passou a revista AGROS, desde a nomeação do Conselho Editorial, para sua criação, até o lançamento, agradecendo aos que colaboraram para tornar possível a edição da revista. O presidente entregou, então, os dois primeiros números [exemplares] da revista ao Diretor e vice-Diretor da ESAL, solicitando ao primeiro que fizesse a entrega de outros exemplares aos chefes de departamentos e convidados. Antes da entrega o **Diretor da ESAL salientou a necessidade de um veículo de publicação de trabalhos científicos na ESAL, lacuna preenchida pela criação da AGROS.** Fez ainda agradecimentos ao Conselho Editorial e auxiliares, bem como aos professores, pelo esforço para publicação do primeiro número. Procedeu em seguida a entrega de exemplares (...). O presidente do Conselho agradeceu o apoio dado pela direção da ESAL para a publicação da revista, exaltou a união do grupo formado pelos membros do conselho editorial e solicitou sugestões para a melhoria da revista (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1972, p. 08; **grifo nosso**).

<sup>7</sup> Faz referência a Flávio Augusto d’Araujo Couto, professor da Universidade Federal de Viçosa e pioneiro no ensino de Pós-Graduação na referida instituição e no Brasil no âmbito das Ciências Agrárias.

À luz dos dias atuais, ao rememorar quanto aos desafios existentes para o desenvolvimento do referido processo editorial, no período em questão, o professor Maurício de Souza certifica que:

O desafio principal era a qualidade. Porque como nós não tínhamos experiência, tudo era muito novo, o mecanografista, por exemplo, nunca teve uma experiência de fazer uma revista, a correção era feita por nós e isso era algo que não estávamos acostumados. Você sabe que o professor [risos] não gosta de ser corrigido, de jeito nenhum! Então, isso foi um desafio grande (Souza, 2018, p. 05).

A Revista AGROS circulou na ESAL até 1975, produzindo um total de cinco volumes e nove números<sup>8</sup>, com efeito, as demandas oriundas do desenvolvimento da ESAL, principalmente no que dizia respeito à organização de práticas científicas, continuaram. Isso suscitava novas elaborações; se bem que, dessa vez, a partir da criação em 1973, de novas coordenadorias no organograma da instituição, quais sejam: Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 04).

As coordenadorias de Pesquisa e Pós-Graduação, em especial, atendiam à demanda expressa na política educacional brasileira que estabelecia uma relação subsidiária entre elas, tipicamente americana, uma vez que sem o ensino de Pós-Graduação a formação de pessoal necessário ao desenvolvimento científico e tecnológico do país pouco poderia ser desenvolvida, algo que estaria previsto, no ano seguinte (1974), no Plano Nacional de Pós-Graduação implantado pela CAPES<sup>9</sup>. Coube a essa instituição, a organização e o desenvolvimento do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) que impulsionava, via financiamento, as instituições de ensino superior a desenvolver órgãos específicos para a Pós-Graduação, de igual modo criar seus próprios cursos insuflando a formação de seus docentes (MARTINS, 2003).

No que diz respeito às Ciências Agrárias, tratava-se de uma dinâmica já em curso para o contexto, dado que outras instituições de ensino superior – com tradição nas Ciências Agrárias, caso da UFV e da ESALQ – já desenvolviam esse modelo desde o início dos anos 1960 e, em alguma medida, influenciavam outras instituições (MARTINS, 2003).

<sup>8</sup> A partir de 1977, o nome da revista mudou para *Ciência e Prática*, sendo que essa circulou na instituição durante aproximadamente 18 anos, quando (1996) foi renomada como *Ciência e Agrotecnologia*, em funcionamento até o momento de produção deste artigo, sob a responsabilidade da Editora da Universidade Federal de Lavras.

<sup>9</sup> A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atualmente CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, por intermédio de Anísio Teixeira durante o segundo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de assegurar a formação de pessoal especializado para atuar na educação superior em quantidade e qualidade para o atendimento às demandas de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico do país. A partir de 1965, a CAPES ganha novas atribuições e novos meios orçamentários para o desenvolvimento de suas atividades junto às universidades brasileiras. Com isso, tem papel de destaque na formulação da nova política para a pós-graduação, que rapidamente ganha vulto.

Nessa esteira de reflexão, pode-se afirmar que a “pavimentação” para o desenvolvimento de uma política de pesquisa agropecuária do Estado brasileiro foi realizada em consonância, mesmo que com tensões ao longo do processo, com as demandas empresariais para o setor, cujos efeitos culminaram com a fundação da Embrapa<sup>10</sup>, em 1973 (MENDONÇA, 2012).

Referente às composições das Coordenadorias de Pesquisa e Pós-Graduação da ESAL, nota-se o seguinte: a primeira foi designada aos professores Valter de Carvalho, João Marcio de Carvalho Rios, Francisco Geraldo Franca Teixeira de Castro Bahia, Igor Maximiliano Eustáquio Vivacqua Von Tiesenhausen e Simon Sulwen Cheng. A segunda, aos professores Paulo Roberto Silva, Álvaro João Lacerda de Almeida, João Osvaldo Veiga Rafael, Valter de Carvalho e José Geraldo de Andrade (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 04).

Após essa conformação, os primeiros movimentos internos às coordenadorias iniciaram as atividades. Reparemos no teor da solicitação e no comunicado do professor Valter de Carvalho, em uma das reuniões do Conselho Departamental da ESAL:

O professor Valter de Carvalho solicita sugestões dos senhores conselheiros de assuntos, para levar a sua próxima reunião com o PIPAEMG<sup>11</sup> (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 17). O professor Valter de Carvalho comunica que a professora Maria Aparecida Pourchet Campos solicitou que a ESAL faça novos cursos, pois a CAPES tem recursos para isso. Recursos para pós-graduação e cursos rápidos de treinamento para professores, normalmente nas férias, e a CAPES pagará para cada professor as passagens e Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) hora/aula (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 18).

*Pari passu* às ações que buscavam captar recursos, internamente à ESAL, verifica-se certo nível de mobilização para a produção de conhecimento científico e aperfeiçoamento docente, princípio alinhado às solicitações da então Coordenadoria de Pesquisa:

---

<sup>10</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária, fundada em 1972, com objetivo de desenvolver pesquisas no âmbito das Ciências Agrárias.

<sup>11</sup> O Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do estado de Minas Gerais (PIPAEMG) foi criado em 3 de dezembro de 1971, sendo a primeira iniciativa de coordenação e integração das instituições de pesquisa agropecuária desse Estado e um dos pilares do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.

Segundo o professor Valter de Carvalho, falando como coordenador da coordenadoria de pesquisa, relembra o pedido que fez a cada Departamento referente a lista de trabalhos científicos e teses de docentes e pesquisadores da Escola Superior de Agricultura de Lavras e que deve ser encaminhada prontamente aquela coordenadoria (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 09). [...] o professor Valter Carvalho comunica que está sendo feita uma revisão geral dos projetos de pesquisa e solicita aos senhores chefes que vão planejando a feitura de cursos de aperfeiçoamento para serem realizados no próximo ano (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 09).

Tratava-se de atos mais sistemáticos por parte da coordenadoria que assumira, por efeito, um caráter formativo no sentido de uma prática relativa à ciência, como forma de demarcar as ações dos diferentes departamentos que integravam a ESAL e assim responder à política educacional. A descrição narrativa do professor supracitado que será exposta, em relação a uma viagem realizada até Brasília, sede do governo, patenteia – em alguma medida – a contextura em questão.

Em primeiro lugar, encontrou-se com o Dr. Lynaldo Cavalcanti – sub-diretor do - Departamento de Assuntos Universitários do (DAU-MEC)<sup>12</sup> – em que apresentou os planos da Escola, principalmente aqueles que se referem aos cursos de especialização, ficando a direção da escola de enviar um ofício discriminando as áreas. Em seguida, esteve com o Dr. Humberto, do programa internacional de ajuda externa e foi informado que dois países – Israel e Alemanha Ocidental – tinham grande interesse em participar desse projeto. Pegou um questionário do programa para ser preenchido e perguntou qual seriam os tipos de projetos; principalmente cursos de especialização, em seguida solicitou aos senhores professores que planejem um curso de especialização de dois meses para nossos docentes que já podem fazer. Informou que também esteve na FAO<sup>13</sup>, CONCRETIDE<sup>14</sup>, IICA<sup>15</sup> e EMBRAPA informando que essa necessitará de pelo menos duzentas e vinte vagas para seus técnicos fazerem curso de pós-graduação e nós já devíamos pensar em montar um curso de pós-graduação a partir de 1975, pois recursos não faltam (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 28).

O caminho traçado pela ESAL (para o contexto) revelara que o ensino em nível de Pós-Graduação articulado à produção e circulação de pesquisa – via revista científica existente (não esqueçamos) – demonstrava uma preocupação institucional com a formação docente, tal e qual com a institucionalização de uma demanda prescrita por um conjunto de

<sup>12</sup> Tratava-se de uma divisão responsável por mediar a relação entre o Ministério da Educação e Cultura – via CAPES – com as instituições que atuavam no ensino superior, visando ao desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira.

<sup>13</sup> A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura foi criada, em 1945, para liderar esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza no mundo. No caso do excerto, provavelmente a referência é o escritório dessa agência no Brasil, aqui sediada desde 1949.

<sup>14</sup> Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do MEC responsável por essa mudança administrativa que impactou diretamente nas atribuições dos professores naquela época.

<sup>15</sup> O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – criado em 1942 pelo órgão que antecedeu a Organização dos Estados Americanos (OEA) – tinha como missão estimular o desenvolvimento da agricultura e bem-estar rural nos países membros. No Brasil, especificamente, tal órgão foi mais influente a partir da direção geral de José Emílio Gonçalves Araujo entre os anos de 1970 e 1982.

instituições e de órgãos do próprio governo federal que deveriam ser incorporados à rotina da ESAL.

Gradativamente, os passos para as novas exigências foram sendo dados ainda em 1973, a julgar pelas recorrentes intervenções do professor Valter de Carvalho. Essas podem ser conferidas no Livro de Atas do Conselho Departamental da ESAL, no qual o teor sinalizava para qualificação da formação docente, com igualdade pela busca de financiamento para pesquisa, conforme mostra o excerto a seguir.

O professor Valter de Carvalho apresentou o programa de um curso de aperfeiçoamento, iniciação à pesquisa, a ser realizado na Escola para docentes no início de 1974 (...). Em seguida apresentou as linhas que se devem seguir para a SUBIN<sup>16</sup> do programa Auxílio Internacional e que vários países têm grande interesse em aplicar recurso no desenvolvimento das Escolas e no setor de pesquisas (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1973, p. 28).

No ano seguinte – 1974 – porém, diferentemente de 1973, quando encontramos segundas evidências que ratificam a organização científica da ESAL, poucas informações foram encontradas nos livros de atas do Conselho Departamental. Por certo, a lacuna verificada não decorreu da ausência de atividades do referido órgão: elas aconteceram e aprofundaram ainda mais a organização da ESAL, acontecimento possível de ser cotejado por tudo o que viria ocorrer no ano seguinte 1975<sup>17</sup>.

Nesse momento, uma ação administrativa da ESAL que difere de todas aquelas que, até então, vinham sendo tomadas; ocorreu, porquanto, que o professor Valter Carvalho, figura até então importante no desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação internamente à ESAL, foi cedido à DAU do MEC, para ali desempenhar funções. Não se sabe ao certo os motivos dessa cessão; tampouco quando ela exatamente ocorreu, visto que não encontramos evidências a respeito disso, mas conjecturamos que ela também tenha decorrido, em razão da necessidade de desenvolver e consolidar a ESAL. A descrição de uma reunião do Conselho Departamental realizada no ano corrente permitiu-nos realizar essa ilação.

---

<sup>16</sup> Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que, a partir de 1970, via Decreto n. 67.154, recebia as atribuições e recursos da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (1962). A SUBIN, naquele contexto, coube: estabelecer relações institucionais com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (AID), controlar os pedidos de cooperação externa e acompanhar, em articulação com o Banco Central do Brasil, a utilização dos auxílios concedidos.

<sup>17</sup> Compete-nos realizar uma desaprovação, o ano de 1974, muito provavelmente tenha sido um dos anos mais ricos em termos procedimentais da administração da ESAL, visando o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de Pós-Graduação, conquanto do ponto de vista histórico seu conteúdo e registros tenham se perdido “nos porões institucionais”; aliás, lugar para onde, invariavelmente, é encaminhado quase tudo o que diz respeito à história da instituição em questão.

O senhor presidente passou a palavra ao professor Valter de Carvalho que apresentou uma explanação sobre o trabalho que vem sendo feito, historiou a nova política do MEC em sua nova estruturação. Em seguida falou sobre a CAPES e seu programa de contratações e bolsas para reforço dos cursos de pós-graduação, CNPQ<sup>18</sup> - com seu plano básico de desenvolvimento tecnológico – FINEP<sup>19</sup> exige um projeto para se obter financiamento, sugerindo que deveriam ir a FINEP três pessoas para fazer os 1º contatos sobre a cooperação técnica internacional, provavelmente será assinada um convênio com a Escola e o Canadá. Disse também que o Presidente da República solicitou aos Ministros da Agricultura e Educação e Cultura que façam um estudo para determinar os problemas na área de Ciências Agrárias no país e que o projeto já se encontra terminado e que a escola deverá ser contemplada, mas esses recursos só serão liberados através de projetos, programas e bons trabalhos (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1975, s/n.).

Vale mencionar que para o contexto fora peremptório o conjunto de ações derivadas da articulação entre a DAU do MEC e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) que – na ocasião – cooperava com a IICA, na direção de fomentar o desenvolvimento das Ciências Agrárias no Brasil, tanto por intermédio do ensino quanto por efeito da pesquisa. Entre elas, a criação de uma Coordenação Nacional de Pós-Graduação nas Ciências Agrárias, formada a partir da reunião de representantes de diferentes órgãos, quais sejam: DAU (MEC), IPEA<sup>20</sup>, IICA, USAID<sup>21</sup> e Fundação Ford<sup>22</sup>.

Igualmente, foi criado o Programa de Assistências Interuniversitária que viabilizava a cooperação entre escolas de ensino agrícola – seja para as instituições mais desenvolvidas seja para as menos desenvolvidas – indicando a formação, mormente, do corpo docente qualificado para atuação em Pós-Graduação; além do diagnóstico-prognóstico idealizado pelo DAU do MEC, financiado pela USAID e executado pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara que viabilizou dois grandes programas, o de Educação Agrícola Superior (PEAS) e o de Desenvolvimento do ensino das Ciências Agrárias (PRODECA). Tais programas

---

<sup>18</sup> O I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com base no Decreto n.º 70.553, de 17 de maio de 1972 que tinha por objetivo estimular a produção de pesquisa, por setores, e o ensino de pós-graduação no país.

<sup>19</sup> Agência do Estado brasileiro; financiadora de Inovação e Pesquisa que possui o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Naquele contexto, o professor Valter de Carvalho fazia referência à linha de financiamento promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia que era voltada para apoiar a capacitação científica e tecnológica de universidades e centros de pesquisa em todo o território nacional.

<sup>20</sup> Diz respeito ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, fundação do Estado Brasileiro, fundado em 1964, sendo seu objetivo desenvolver atividades de pesquisa que fornecessem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

<sup>21</sup> Trata-se de uma Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional que, na tessitura em questão, em especial a partir de 1965, mediu junto ao governo brasileiro e estadunidense, uma série de acordos de financiamento da educação no Brasil.

<sup>22</sup> Fundação criada em 1936 por Henry Ford nos Estados Unidos da América, com o intuito de promover ações favoráveis à democracia e ao combate à pobreza.

permitiram entre 1974 e 1978 o fortalecimento de 12 instituições educacionais de ensino agrícola, entre elas a ESAL (Bordenave, 1990).

Afora essas relações institucionais no fórum das quais se desenvolvia as Ciências Agrárias, outros procedimentos foram sendo recebidos para o momento, ao passo que a Pós-Graduação na ESAL pudesse iniciar o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas. Dentre eles, pode-se citar: a aprovação do regimento interno à Pós-Graduação; a implantação do sistema de créditos nessa etapa do ensino superior; a instauração do regime de tempo integral para docentes (dedicação exclusiva); e a definição dos programas de ensino, tanto no curso de Fitotecnia, coordenado primeiramente pelo professor Luiz Augusto de Paula Lima, quanto no curso de Administração Rural, supervisionado pelo professor Jose Geraldo de Andrade (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1975, S/N).

O último supracitado evoca um relato (repleto de satisfação) que “preenche a letra fria” do livro de atas do Conselho Departamental:

Nós éramos seis professores no Departamento de Economia, seis, e ousando em lançar a pós-graduação em Administração Rural. Eu escutei cada coisa como chefe, que dá até um livro! Uma foi do presidente da EMBRAPA, pois ele dizia o seguinte: “você não têm competência para montar esse curso”. Contudo, quando o curso começou, na primeira turma, eu recebi um telefonema, [na ocasião] e era o chefe [de departamento] que também acumulava o cargo de supervisor do curso, pedindo uma vaga para um estudante que viria da EMBRAPA que, inclusive foi um aluno brilhante, mas mostra como o mundo dá voltas [...] (Andrade, 2018, p. 04).

Nessa mesma direção, o professor Maurício de Souza, que na ocasião respondia pelo Conselho Editorial da Revista Científica “AGROS”, explica que no domínio da Pós-Graduação ocorriam solicitações (incomuns) de natureza política, reparemos em sua narrativa: “[...] na Pós-Graduação sim, pois às vezes tinha o pedido de um político para aceitar o fulano e o beltrano” (SOUZA, 2018, p. 06).

No decurso dessas ações administrativas, o professor Valter Carvalho retorna ao cenário da instituição – em especial ao Conselho Departamental – para delinear definitivamente a implantação da Pós-Graduação. Confirmamos o registro do acontecimento na continuidade.

[...] o professor Valter de Carvalho historiou a situação do ensino das Ciências Agrárias e apresentou a política atual (...). Institucionalizar a pós-graduação, pois se analisarmos são os próprios alunos da pós-graduação que a sustentam. Quanto a nossa escola, o orçamento houve um adicional considerável (...). A inclusão da Escola no Plano Nacional de Pós-graduação é prioritária. A seguir falou a respeito do PRODECA (...) dizendo que a Escola será contemplada (...) com uma verba adicional no valor de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (...). O recurso da PRODECA será concentrado nos novos cursos de pós-graduação a serem criados, em março Ciências dos Alimentos e Solos e em agosto Zootecnia (Cf. Livro De Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1975, s/n.).

Não se tem clareza de como funcionava essa articulação entre a ESAL, DAU do MEC e, por efeito, outros órgãos. Contudo, o que se sabe é que aquilo que fora previsto ocorreu no ano seguinte, em 1976, com a criação dos três cursos de Pós-Graduação mencionados no excerto da ata, totalizando um conjunto de cinco cursos.

A seguir, têm-se as considerações finais, momento no qual recuperamos as evidências cotejadas por ocasião da pesquisa, de igual modo se exprime algumas impressões relativas ao trabalho desenvolvido.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No centro de nossa análise esteve a ESAL no interstício de 1969 até 1975. Trata-se de uma instituição confessional de ensino superior, federalizada em 1963, ordinariamente voltada para o ensino agrícola e que se organizou mediante a política educacional brasileira, a partir do desenvolvimento de práticas científicas relativas ao ensino de Pós-Graduação, não sem antes estabelecer outra prática, a circulação do conhecimento científico por intermédio de uma publicação periódica.

Sob os efeitos de um contexto social fértil organizara suas práticas científicas; porquanto, o desenvolvimento capitalista e a dominação burguesa eram compatíveis entre si e a reforma universitária (Lei 5.540/1968) impeliu instituições de ensino superior privadas a realizarem um movimento de expansão do número de vagas e oxigenou o campo científico de instituições públicas de ensino superior em setores estratégicos, caso das Ciências Agrárias.

Na minúcia das práticas de organização científica realizadas na ESAL, sob o impulso da política, verificou-se que a Revista Científica AGROS cumpriu um papel catalisador para aquele ambiente científico em formação, justamente por fazer circular o que era produzido internamente à instituição, afora o que também era produzido em outras instituições. De igual modo, um conjunto de professores da ESAL, à época, cumpriu uma função de destaque, por intermédio do diálogo com outras instituições, tendo em vista a “corrida” pela produção de artigos científicos com alguma periodicidade.

Ainda em relação às práticas de organização científica da ESAL, constatou-se que uma mudança no seu organograma, viabilizou a adoção de um modelo subsidiário para a Pós-Graduação, no que concerne à pesquisa de natureza científica seguindo uma tendência que já ocorria no âmbito das Ciências Agrárias. Além disso, verificou-se que a instituição (lê-se ESAL) estabeleceu por via de seus professores, seguidos esforços de cooperação, junto aos órgãos de governo ou às instituições de natureza privada e transnacional com a finalidade de desenvolvimento da Pós-Graduação.

Cabe destacar – ademais – que a ESAL guarda uma experiência peculiar, não devendo ser a mesma interpretada de modo generalizado. Por isso, as evidências que trouxemos à baila servem tão somente para compreendermos a instituição em questão, que, ao seu modo, desenvolvera práticas de organização científica em resposta às ingerências e injunções da política educacional em evidência para o contexto, ao ponto fazer circular uma revista e atender um modelo de Pós-Graduação voltado para a formação docente e produção científica.

Em que pese os limites do trabalho investigativo realizado – em última análise – o estudo de instituições educacionais, a exemplo do que aqui fora exposto, justifica-se, visto que confere a possibilidade de compreender contexturas históricas de campos científicos específicos. Tentou-se entender os liames relativos às práticas de organização científicas com a política (pública) educacional, por efeito se encontrar uma narrativa plausível a respeito da história institucional, para além dos arquétipos e tradições assentados no lugar comum, com efeito, “lançar luz” à compreensão do tempo presente.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Geraldo. Lavras, MG. Entrevistador: (...). Lavras, Minas Gerais. 30 de outubro de 2018.
- BARROS, José D`Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 228p., 2004.
- BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **Modernização da Agricultura e Cooperação Internacional: 25 Anos do IICA no Brasil**. Bogotá / San José / Tacarigua / Turrialba / Brasília: US Gráfica Editora Ltda., 203p., 1990.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova História seu passado e seu futuro *In* Burke, P. **A Escrita da história nova: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, p.07-37., 1992.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 293p., 1979.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 413p., 1975.
- GOUVEA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil**. 2017. 223p. (Dissertação de Mestrado

Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1969.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1970.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1971.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1972.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1973.

Livro de Actas, **Conselho Departamental**, ESAL, 1975.

Livro de Atas, **Conselho Editorial**, ESAL, 1971.

Livro de Atas, **Conselho Editorial**, ESAL, 1972.

Livro de Atas, **Conselho Editorial**, ESAL, 1973.

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. *In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV* / Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, p. 294-309, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf> Acesso em 19 de out. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 139-165, Dec. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141377042010000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042010000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 Oct. 2020.

MENDONÇA, S. R. DE. Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 32, n. 2, p. 72-86, 13 dez. 2012. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/359> Acesso em 19 de out. 2020.

NOSELLA, Paolo, & BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. *In* Santos, A. V; Vechia, A. (Org.), **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba, PR: UTP, p. 15-32., 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1978.

SANTOS, Aldemir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s.l.], v. 19, p.1-26, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-00942019000100503](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100503) Acesso em 19 de out. 2020.

Saviani, Demerval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos De História Da Educação**, n. 4, p. 27-33., 2008. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382> Acesso em 19 de out. 2020.

SOUZA, Maurício. Entrevistador: (...). Lavras, Minas Gerais. 23 de outubro de 2018.

**Revisão gramatical realizada por:** Noili Demaman

**E-mail:** [noili@textualassessoria.com.br](mailto:noili@textualassessoria.com.br)